

O País não optou pelo gradualismo, garante Eris aos credores.

Derrubar a inflação continua sendo prioridade absoluta para o governo brasileiro, garantiu ontem o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, durante um encontro mantido em Washington com o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford. "A política de combate à inflação continua a mesma, não optamos por nenhum gradualismo", afirmou Eris, procurando convencer Mulford de que não está nos planos da equipe econômica uma correção de rumos.

O presidente do BC esclareceu, porém, que o governo não pretende trabalhar com metas rígidas no acordo que pretende fechar com o Fundo Monetário

Internacional (FMI), que realiza a partir de quarta-feira em Washington a sua reunião semestral conjunta com o Banco Mundial (Bird). "Não é realista trabalhar no curto prazo com metas mensais de inflação de 2%, não vamos trabalhar com prazos fatais para não criar expectativas e depois decepção", ponderou Eris. "Não há como dar garantias, apesar de adotarmos uma política monetária apertada para trazer a inflação a níveis decentes", afirmou, embora não tivesse dúvidas na hora de precisar o que é "decente". "Zero", respondeu.

O subsecretário do Tesouro norte-americano, David Mulford, aconselhou o Brasil a reto-

mar rapidamente as negociações com o FMI em torno de um empréstimo **stand by** de US\$ 1,5 bilhões, cuja liberação depende da aprovação do Fundo ao programa econômico do País. Um acerto com o FMI abre caminho para a normalização das relações entre o governo brasileiro e a comunidade financeira internacional, incluídos os bancos privados credores do País e também os organismos multilaterais de crédito.

Eris informou a Mulford que até o final de maio o Congresso Nacional deverá aprovar o acordo fechado com os bancos para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa, que somam US\$ 8 bilhões. Com is-

so, a primeira parcela dos atrasados, em torno de 2 bilhões de dólares, poderá ser paga até essa data. A expectativa do governo é que a renegociação do principal da dívida seja bem mais rápida que a dos juros atrasados, que levou oito meses.

O presidente do Banco Central garantiu a Mulford que o governo brasileiro não pretende prolongar desnecessariamente as negociações, seja com os bancos privados ou com o FMI. Mas no caso específico do Fundo, ressaltou, o acordo só poderá ser feito em bases realistas — e por isso o presidente do BC deixou o gabinete de Mulford reiterando que as conversações com o FMI serão difíceis.